







U ELREI. Faço saber aos que este Alvará virem, que sendo informado de que, não obstante ser clara, e literal a disposição dos Capitulos sexto, e decimo da Lei fundamental da cobrança dos Quintos do Ouro, que foi publicada em tres de Dezembro do anno de mil setecentos e sincoenta; ainda assim ha pessoas, que duvidaõ da sua intelligencia: Por obviar os inconvenientes, que se seguiriaõ de serem os sobreditos Capitulos interpretados em sentidos contrarios á minha Real intençaõ: Sou servido declarallos de sorte, que o primeiro dos ditos Capitulos se entenda sempre, que procede quando o descaminho consistir em Ouro em pó, ou em barras do mesmo metal materialmente fundidas sem fórma alguma de cunho, sem marca, e sem circumstancia, que faça vêr, que se fingiraõ para se persuadirem verdadeiras, reduzindo-se neste caso o contrabando a Ouro fundido debaixo desta, ou daquella figura accidental, e dissimilhante das barras verdadeiras; em cujos termos se não poderá estender a condemnaçaõ além das penas estabelecidas literalmente pelo referido Capitulo sexto: E que o Capitulo decimo se entenda sempre das barras, que com dolo por ellas visivel, se fabricarem, imprimindo-se-lhe cunhos, ou marcas falsas, á imitação das verdadeiras, para assim se fazerem passar desencaminhadas aos Quintos, com fraude da minha Real Fazenda, e com prejuizo dos povos. E este Alvará se cumprirá, como nelle se contém, para o effeito de se não poder julgar nunca contra o que nelle Sou servido declarar, sob pena de nullidade de sentenças.

Pelo que: Mando ao Presidente do Desembargo do Paço, Presidente do Conselho do Ultramar, ao Regedor da Casa da Supplicação, Governador da Relação, e Casa do Porto, ao Vice-Rei do Brasil, aos Capitães Generaes, aos Governadores de todas as Conquistas, aos Ministros dos sobreditos Tribunaes, aos Desembargadores das ditas Relações, e das da Bahia, e Rio de Janeiro, e mais  
Pef-

Pessoas destes Reinos, e Senhorios, cumpraõ, e guardem inteiramente este Alvará, como nelle se contém, sem embargo de que seu effeito durará por mais de hum anno, e de que não passe pela Chancellaria, não obstante as Ordenações em contrario, que Hei por derogadas, como se dellas fizesse expressa menção, sómente para o effeito de que o disposto neste Alvará se observe inteiramente, sem duvida, nem contradicção alguma; a cujo fim Hei por derogadas quaesquer Leis, Ordenações, Resoluções, e Ordens, sómente no que o encontrarem. E este se registará nos livros do Desembargo do Paço, Casa da Supplicação, Relações do Porto, Bahia, e Rio de Janeiro, nos dos Conselhos de minha Fazenda, e do Ultramar, e o proprio se lançará na Torre do Tombo. Dado em Salvaterra de Magos, a vinte e cinco de Janeiro de mil setecentos cincoenta e cinco.

## REY.

*Pedro da Metta e Silva.*

*Alvará, em que Vossa Magestade ha por bem declarar a disposição dos Capitulos sexto, e decimo da Lei fundamental da cobrança dos Quintos do Ouro, que foi publicada em tres de Dezembro de mil setecentos e cincoenta, na fôrma que nelle se declara.*

Para Vossa Magestade ver.

Registado na Chancellaria mór da Corte, e Reino, no livro das Leis a fol. 82. Lisboa, 29 de Janeiro de 1755.

*Rodrigo Xavier Alvares de Moura.*

*Gaspar Jose de Moraes o fez.*



